

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMAS DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

2.º A N O

DO CURSO DE BACHARELADO

1.ª Cadeira — Direito Civil	3
Prof. Dr. <i>Nehemias Gueiros</i>	
2.ª Cadeira — Direito Penal	9
Prof. Dr. <i>Barreto Campelo</i>	
3.ª Cadeira — Direito Público e Constitucional	15
Prof. Dr. <i>Samuel Mac-Dowell Filho</i>	
4.ª Cadeira — Ciência das Finanças	21
Prof. Dr. <i>Luiz Guedes</i>	



A N O 1939

PROGRAMAS DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

2.º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

- | | |
|---|----|
| 1.ª Cadeira — Direito Civil | 3 |
| Prof. Dr. <i>Nehemias Gueiros</i> | |
| 2.ª Cadeira — Direito Penal | 9 |
| Prof. Dr. <i>Barreto Campelo</i> | |
| 3.ª Cadeira — Direito Público e Constitucional | 15 |
| Prof. Dr. <i>Samuel Mac-Dowell Filho</i> | |
| 4.ª Cadeira — Ciência das Finanças . | 21 |
| Prof. Dr. <i>Luiz Guedes</i> | |



ANO 1939



SEGUNDO ANO

PRIMEIRA CADEIRA

DIREITO CIVIL

PARTE GERAL

1

Do direito em geral. Subjetivo, objetivo e científico. Principais divisões. Ordem e desenvolvimento das normas jurídicas. Como se distinguem da moral.

2

Fontes do direito civil. Lei e suas espécies. Elaboração das leis. Prazo da obrigatoriedade e sistemas a respeito. Interpretação e aplicação das leis. Ficções.

3

Limites da lei no espaço. Princípios de direito internacional privado consignados no Código Civil.

4

Sujeito do direito. Pessoas naturais. Início da personalidade. Fim da personalidade.

5

Pessoas jurídicas, suas espécies e constituição. Do registro civil referente às pessoas naturais, e do que é peculiar às pessoas jurídicas. Domicílio de umas e de outras. Do nome das pessoas naturais e da denominação das pessoas jurídicas.

6

Objeto do direito. Coisas corporais e incorporais do direito romano, e as materiais e imateriais do Código Civil. Coisas moveis e imoveis. Divisiveis e indivisiveis. Simples e compostas. Singulares e coletivas. Principais e accessorias.

7

Dos bens publicos e particulares. Bens publicos de uso comum, de uso especial e dominicais. Das coisas fóra do commercio. Do bem de familia.

8

Classificações das coisas, adaptaveis aos direitos subjetivos, e algumas divisões de que estes são suscetiveis.

9

Exercício e colisão dos direitos. Defesa do direito.

10

Fatos juridicos em geral. Atos juridicos. Requisitos para a sua validade. Modalidades a que se podem subordinar. Atos nulos e anulaveis.

11

Dos atos ilicitos. Dolo e culpa.

12

Da prescrição. Causas que a impedem, suspendem e interrompem. Prazos em que se consuma a prescrição.

PARTE GERAL DAS OBRIGAÇÕES

13

Conceito de obrigação. Idéas romanas e modernas a respeito.

14

Causas das obrigações. Da declaração unilateral da vontade.

15

Das obrigações positivas de dar e de fazer. Das negativas de não fazer.

16

Obrigações com pluralidade de sujeitos. Solidariedade e indivisibilidade.

17

Obrigações com pluralidade de objectos. Das obrigações alternativas.

18

Teoria da condição no direito das obrigações. Do termo, e do encargo ou modo.

19

Transmissão das obrigações. Da cessão de credito.

20

Modos pelos quais se extinguem as obrigações. Da mora.

21

Inexecução das obrigações. Da clausula penal.

(Programa adotado pelo Prof. Dr. Gondim Filho).

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de
de janeiro de 1939.

O Professor Catedrático Interino
Dr. Nehemias da Silva Gueiros.
Livre Docente de Direito Civil

SEGUNDO ANO

SEGUNDA CADEIRA

DIREITO PENAL

- 1 — O crime e a pena em sociologia e na historia. Exposição e critica das teorias sobre a legitimidade do direito de punir. Crimes naturais e legais.
- 2 — Teorias sobre a genese da criminalidade. Paralelismo entre as condições sociais, o nivel e a forma da criminalidade. Sociometria criminal. Suposta lei de saturação criminal de Ferri. Substitutivos penais.
- 3 — Aspetos da criminalidade no Brasil. Rixa, embriaguês, porte de armas e indisciplina. Vingança de injuria e de sangue. Fanaticos e cangaceiros.
- 4 — O direito Penal como ciencia autonoma. Subordinação por contingencia da lei penal ao Direito Politico. Ciencias cri-

minais: antropologia, sociologia, medicina legal e penologia.

- 5 — Da chamada escola classica e seus principais expoentes. Conceito do crime e da pena nessa escola. Neo-classicos, tecnico-juristas.
- 6 — Escola positiva. Lombroso, Ferri e Garofalo. Concepções dessa escola sobre o crime, o criminoso, a pena e os fatores do crime. Criminoso nato. Estigmas de criminalidade.
- 7 — Da terceira escola, suas afinidades e divergencias com a escola italiana. Escola sociologica ou francêsa. União internacional de Direito Penal.
- 8 — A periculosidade pre e posdelictual. Prioridade da legislação brasileira em adotar medidas de segurança contra o estado perigoso predelitual.
- 9 — Classificação de criminosos.
- 10 — Divisão dos fatos puniveis quanto ao elemento intencional. Outras divisões. Crimes de ação publica e privada. Crimes politicos, proprios e comuns. Crimes instantaneos, continuados, permanentes, formais e materiais.
- 11 — Historia da legislação brasileira. Ordenações.Codigo Criminal de 1830. Co-

odigo Penal de 1890. Leis esparsas. Consolidação das leis penais. Projeto Sá Pereira e suas modificações. Projeto Alcantara Machado.

- 12 — Interpretação da lei penal.
- 13 — A lei penal no tempo.
- 14 — A lei penal no espaço.
- 15 — Da responsabilidade criminal. Elementos essenciais do crime. Sujeito ativo e passivo, objeto, dolo, culpa, preterintencionalidade. Voluntariedade ou automatismo das contravenções.
- 16 — Da tentativa. Tentativa punível e impunível. Crime impedido e crime falho.
- 17 — Derimentos.
- 18 — Menores delinquentes. Doutrina e legislação.
- 19 — Justificativas.
- 20 — Agravantes gerais e qualificativas: majorantes.
- 21 — Aula pratica sobre o ponto anterior.
- 22 — Atenuantes e minorantes.
- 23 — Aula pratica sobre o ponto anterior.

- 24 — Concurso de agravantes e atenuantes. Compensação. Prevalencia de umas e outras. Graduação da penalidade nas tres hipoteses.
- 25 — Aula pratica sobre o ponto anterior.
- 26 — Estudo critico das penas no direito vigente.
- 27 — Dosimetria penal e individualisação da pena. Penas principais e accessorias. Penas complementares e paralelas.
- 28 — Historia e critica da pena da prisão. Noticia dos sistemas penitenciarios. Sucedaneos da prisão. Condenação e livramento condicionais. Patronatos de liberados. Sentenças indeterminadas. Colonias penitenciarias. Colonisação penal.
- 29 — Graduação das penas segundo o direito vigente.
- 30 — Aula pratica sobre o ponto anterior.
- 31 — Concurso de penas no direito brasileiro, em doutrina e legislação comparada.
- 32 — Aula pratica sobre o ponto anterior.
- 33 — Medidas de segurança. Sua natureza.
- 34 — Extinção da ação penal e da condenação.

35 — Aula pratica sobre o ponto anterior.

Recife, 14 de Janeiro de 1939.

Dr. Barreto Campelo.

SEGUNDO ANO

TERCEIRA CADEIRA

Direito Público e Constitucional

1. A disciplina da cadeira. Seu objeto e metodologia.

I

PRINCÍPIOS DE DIREITO PÚBLICO

2. Conceito do Estado. Sua legitimidade. Seus elementos constitutivos.
3. Gênese e evolução do Estado. Suas formas. Principais tipos históricos.
4. Poderes e funções do Estado. Seus órgãos. Regimen representativo.
5. Governo. Suas formas. Administração. Centralização e descentralização.

6. Constituição. Seus tipos. Sua técnica e hermenêutica.
7. A ordem jurídica e os equilíbrios constitucionais. O direito social, os direitos individuais e as liberdades públicas.

II

ESTUDO DO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

8. Regimen constitucional no Brasil. Constituição de 25 de Março de 1824. Ato Adicional.
9. Transição da Monarquia para a República. Constituição de 24 de Fevereiro de 1891. Revisão de 7 de Setembro de 1926.
10. Revolução de Outubro de 1930. Decreto institucional do Governo. Código dos Interventores. Constituição de 16 de Julho de 1934. Suas emendas.
11. Constituição de 10 de Novembro de 1937. Seu ambiente histórico. Suas fontes e espírito. O interregno constitucional.
12. Organização nacional. A União e os Estados. Regimen das suas relações jurídicas. O princípio federativo. Princípios de observância obrigatória na organização dos Estados. A autonomia municipal. O Distrito Federal e os Territórios.

13. Discriminação da competência entre a União, os Estados e os municípios. Poderes explícitos e implícitos. Serviços federais, estaduais e municipais. Intervenção.
14. O sistema representativo na Constituição Brasileira. Exercício do poder político pelo povo. O sufrágio. O nucleo eleitoral municipal. Os colégios eleitorais. O plebiscito.
15. Os órgãos do Poder. Relações entre si. A doutrina da divisão dos poderes e a Constituição Brasileira.
16. O Poder Legislativo. Seus órgãos. O Parlamento Nacional: Camara dos Deputados e Conselho de Economia Nacional. Respectiva composição, funcionamento e competência. Imunidade e responsabilidade. Competência legislativa direta e delegada, do Presidente da República.
17. Processo de elaboração das leis e resoluções e particularmente do orçamento. O veto. O fundo e a forma da lei. A lei, o regulamento, o decreto-lei.
18. O Poder Executivo. O Presidente da República, autoridade suprema. Condições de investidura. Atribuições e prerrogativas. Responsabilidade. Os Ministros de Estado.
19. Órgãos de cooperação nas atividades governamentais. Cabimento desse qualifi-

cativo no atual sistema constitucional. Ministério Público. Tribunal de Contas. Conselhos técnicos. Função consultiva e julgadora. Limites da jurisdição administrativa.

20. A função pública. Funcionários civis e militares. Condições de investidura e exercício legal. Garantias. O estatuto dos funcionarios públicos.
21. O Poder Judiciário. Seus órgãos. Garantias dos seus membros e das suas decisões.
22. Supremo Tribunal Federal. Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Justiça Militar. Sua organização. Composição e competência. O problema do Juri.
23. A questão da unidade da Justiça em face da Constituição vigente. Recurso ordinário e extraordinário. Limites do controle judicial.
24. O individuo perante a Constituição. Nacionalidade e Cidadania. Aquisição e perda da nacionalidade. Aquisição, suspensão e perda dos direitos públicos.
25. Direitos e garantias individuais. Os direitos do homem. Tricotomia constitucional. Liberdade, segurança pessoal, propriedade. Restrições expressas no exercício dos direitos individuais e poder de polícia. A pena de morte.

26. Ordem moral e espiritual. A família. A educação e a cultura.
27. Ordem econômica. Condições da intervenção do Estado. Normas gerais assecuratórias do fomento e da justiça, retribuição do trabalho e da atividade econômica. Nacionanização e estadização das atividades econômicas. A imigração.
28. Organização sindical e corporativa dos agentes da produção intelectual e material. As corporações como órgãos do Poder Público. Regimen corporativo e socialismo.
29. Normas especiais sobre a legislação do trabalho. Assistência social: proteção atual e previdência. A Justiça do Trabalho.
30. Segurança Nacional. Defesa interna e externa do Estado. Estado de emergencia. Estado de guerra. Leis de segurança.
31. Relações da Igreja e do Estado. Emenda, modificação e reforma da Constituição; seu processo.

Faculdade de Direito do Recife, em 5 de Janeiro de 1939.

Samuel MacDowell Filho.

Livre-docente no exercicio da cadeira.

SEGUNDO ANO

QUARTA CADEIRA

Ciencia das Finanças

— I —

A ação economica do Estado. Atividade financeira e necessidades publicas. Limites da atividade financeira.

— II —

Ciencia das Finanças, seu conceito. Metodologia aplicada ao estudo dos fatos financeiros.

— III —

Ciencia das Finanças e Economia. Relações da Ciencia das Finanças com as demais ciencias sociais, politicas e juridicas.

— IV —

Política Financeira. Direito Financeiro, suas fontes. Direito Tributario.

— 22 —

— V —

Desenvolvimento historico da Ciencia das
Finanças. Literatura antiga e medieval sobre
institutos da Finança Publica. Literatura
Contemporanea.

— VI —

A natureza do fenomeno financeiro. Teo-
rias economicas. Doutrinas sociologicas e po-
liticas.

— VII —

Noção do orçamento. Importancia poli-
tica e financeira do orçamento.

— VIII —

Direito orçamentario na Inglaterra, Esta-
dos-Unidos da America do Norte e França.

— IX —

Historico do Direito orçamentario brasi-
leiro.

— X —

Organização do orçamento. Regras de or-
ganização orçamentaria. A universalidade e
especialização. Iniciativas e regras de organi-
zação no orçamento brasileiro.

— 23 —

— XI —

Preparação do orçamento. Metodos de avaliação das despesas e sistemas de estimação das receitas.

— XII —

Equilibrio financeiro. Saldos e deficits. Meios para assegurar o equilibrio orçamentario efetivo.

— XIII —

Receitas e despesas, sua autorização.

— XIV —

Inicio da execução do orçamento. Registro das Tabelas explicativas. Distribuição dos creditos.

— XV —

Execução do orçamento. Estagios da despesa publica: empenho, liquidação e pagamento.

— XVI —

A abertura de creditos especiais. Os creditos extraordinarios.

— XVII —

As contas e seus sistemas. Encerramento das contas. Fiscalização do orçamento e das

contas. Fiscalização pelo Departamento Administrativo e Ministerio da Fazenda. O Tribunal de Contas como órgão fiscal da administração financeira. A fiscalização legislativa.

— XVIII —

Despesa publica, conceito, e elementos. Caracteres juridico, politico e economico das despesas publicas.

— XIX —

A despesa publica e suas tendencias. Causas de seu incremento. Aumento real e aumento aparente.

— XX —

Despesa publica, sua classificação. Despesas ordinarias e extraordinarias.

— XXI —

Principais categorias de formas concretas de despesa publica. Despesas destinadas á manutenção dos órgãos constitucionais, da vida publica, das forças armadas, da Justiça e segurança publica.

— XXII —

Despesas destinadas á manutenção do funcionalismo, ao desenvolvimento da produção e aos serviços de Assistencia.

— XXIII —

Receita publica, sua evolução. Classificação das receitas publicas. Receitas ordinarias e extraordinarias.

— XXIV —

As receitas ordinarias de direito privado. Dominio do Estado. Dominio privado do Estado. Dominio da União e dos Estados — membros na federação. Administração e alienação do dominio privado fundiario.

— XXV —

Receitas provenientes das explorações industriais. Meios de transportes por ar, terra, e agua e de comunicação de pensamento. Sistemas de exploração das ferrovias.

— XXVI —

Receitas do dominio comercial. Os monopolios. As receitas do direito privado na finança contemporanea.

— XXVII —

As receitas ordinarias de direito publico. As taxas. Natureza e elementos da taxa.

— XXVIII —

Classificação das taxas. Sistema de taxas. As principais taxas cobradas no Estado moderno. Processos de cobrança.

— XXIX —

Os impostos. Natureza e elementos do imposto. Teorias da repartição dos impostos e medida da contribuição.

— XXX —

Principios tecnicos e juridicos do imposto. Justiça no imposto. Regra da generalidade e universalidade do imposto. A uniformidade nos encargos tributarios.

— XXXI —

Os principios economicos do imposto. As fontes do imposto. Metodos de determinação da materia coletavel.

— XXXII —

Incidencia, translação e repercussão dos impostos. Evasão tributaria.

— XXXIII —

Pressão fiscal, conceito e considerações criticas. A sobrecarga tributaria e seus efeitos economicos.

— XXXIV —

Os principios administrativos dos impostos. Processos de cobrança dos impostos. Garantias de pagamento.

— XXXV —

Evasão e fraude fiscal. Medidas preventivas e repressivas das fraudes fiscais.

— XXXVI —

Classificação dos impostos. Impostos direto e indireto. Impostos reais e pessoais. Proporcionais e progressivos.

— XXXVII —

Evolução do imposto. A transformação dos sistemas tributarios. O problema dum sistema racional de impostos. Sistemas reais, pessoais e mixtos.

— XXXVIII —

Imposto unico e sistema multiplo. Imposto uniforme de capitação. Imposto em natureza. Imposto sobre o luxo. Impostos de reforma social.

— XXXIX —

Impostos no Estados Federais e Uniões analogas de Estados. Coordenação e compensação financeira na Federação.

— XL —

O sistema tributario brasileiro, sua evolução. Sistema tributario do Brasil ao tempo de Colonia e Imperio.

— XLI —

Regimen tributario brasileiro da Republica. A distribuição dos impostos no regimen da Constituição de 24 de Fevereiro de 1891 e no da de 16 de Julho de 1934.

— XLII —

Organização atual do quadro tributario brasileiro. Valor das transformações ditadas pela Constituição de 10 de Novembro de 1937.

— XLIII —

Direitos aduaneiros. Impostos de exportação e importação.

— XLIV —

Da renda. Imposto sobre a renda global.

— XLV —

Imposto sobre as diversas rendas consideradas distintamente.

— XLVI —

Imposto com tarifas diferenciais segundo a origem da renda.

— XLVII —

O imposto de renda e sua evolução na Inglaterra, Alemanha e França. Imposto de renda nos Estados Unidos e Argentina.

— XLVIII —

Imposto de renda no Brasil.

— XLIX —

Imposto do consumo. Justiça e elasticidade no imposto do consumo. Imposto de consumo sobre objetos considerados de luxo.

— L —

Imposto de consumo no Brasil. Arrecadação e fiscalização. Penalidades e recursos. Imposto de consumo sobre: fumo, bebidas, fosforos, calçados, sal, perfumarias, tecidos, etc.

— LI —

Imposto de selo, seu fundamento. O imposto de selo no Brasil: arrecadação, fiscalização, isenções, multas e recursos.

— LII —

Imposto sobre operações a termo, seu conceito. Legislação brasileira.

— LIII —

Imposto sobre a propriedade territorial. Bases e processos de fixação de seu assento. Imposto territorial no Brasil.

— LIV —

Imposto de sucessão; sua evolução e organização nos diversos paizes. A transmissão de propriedade causa-mortis e sua tributação pelos Estados na Federação Brasileira.

— LV —

Imposto de transmissão de propriedade inter-vivos.

— LVI —

Imposto sobre vendas e consignações.

— LVII —

Imposto de industria e profissões.

— LVIII —

Receitas extraordinarias. Divisão. Impostos extraordinarios e empréstimos.

— LIX —

Dívida publica, noção e finalidade. Principais especies de dividas publicas modernas.

— LX —

Teoria dos empréstimos. Empréstimos forçados, patrioticos e voluntarios; perpetuos e amortizaveis.

— LXI —

Administração das dividas do Estado sob o ponto de vista da tecnica financeira. Amortização, conversão e consolidação da divida publica.

— LXII —

Divida publica brasileira. Os serviços da divida publica.

— LXIII —

Sistema monetario. A formação do sistema monetario brasileiro.

— LXIV —

Sistemas bancarios. Banco Central. Tipos de organização bancaria. O Banco do Brasil.

— LXV —

As finanças dos Estados e Municipios na Federação Brasileira. Finanças de Pernambuco.

— LXVI —

Exposição da situação das finanças brasileiras. Finanças nacionais no regimen monarchico. Finanças do regimen republicano. As crises financeiras na vida nacional.

Recife, 14 de Janeiro de 1939.

Dr. Luiz Sebastião Guedes Alcoforado.

Prof. Catedrático



Faculdade de Direito do Recife

Horario das aulas do curso de bacharelado para o ano de 1939, organizado de acordo com a deliberação do Conselho Técnico-Administrativo, em sessão de 13 de Fevereiro de 1939.

1.º Ano MATERIAS	PROFESSORES	DIAS E HORAS					
		2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sabado Sala 3
Introdução à C. do Direito	Dr. J. J. Almeida	14	14	14	14	14	14
Economia Politica	Dr. Alfredo Freyre		15		15		15
Direito Romano	Dr. A. Chateaubriand	15		15		15	
2.º Ano MATERIAS	PROFESSORES	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sabado Sala 2
Direito Civil (1a. P.º)	Dr. Nehemias da Silva Gueiros	16		16		16	
Direito Penal (P. Geral)	Dr. Barreto Campelo	17		17		17	
D. P. Constitucional	Dr. S. Mac-Dowell		15		15		15
C. das Finanças	Dr. Luiz Guedes		14		14		14
3.º Ano MATERIAS	PROFESSORES	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sabado Sls. 2 e 3
Direito Civil (2a. P.º)	Dr. Joaquim G. C. Gondim Neto		14		14		14
Direito Penal (P. E.)	Dr. Otavio Tavares	16		16		16	
D. Comercial (1a. P.º)	Dr. Rego Barros		15		15		15
D. P. Internacional	Dr. Odilon Nestor	17		17		17	
4.º Ano MATERIAS	PROFESSORES	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sabado Sls. 1 e 4
Direito Civil (3a. P.º)	Dr. Andrade Bezerra		16		16		16
D. Comercial (2. P.º)	Dr. Joaquim Amazonas	17		17		17	
D. J. Civil (1a. P.º)	Dr. Pedro Palmeira	16		16		16	
Medicina Legal	Dr. Edgar Altino	15		15		15	
5.º Ano MATERIAS	PROFESSORES	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sabado Sala 5
Direito Civil (4a. P.º)	Dr. Soriano Neto	15		15		15	
D. J. Civil (2a. P.º)	Dr. Mario Castro	16		16		16	
D. Judiciário Penal	Dr. Genaro Guimarães	17		17		17	
D. Administrativo	Dr. Cunha Melo		14		14		14
D. Int. Privado	Dr. Loreto Filho		15		15		15

Secretaria da Faculdade de Direito do Recife, em 13 de Fevereiro de 1939

Jayme Regueira Costa

SECRETÁRIO